



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do Complexo Fotovoltaico Getulina II de responsabilidade da Fótons de São Vitalino Energias Renováveis S.A. (Processo IMPACTO n.º 038/2026 - CETESB.004535/2026-96).

Realizou-se no dia **19 de maio de 2026**, às 17 horas, na Associação Beneficente Cultural e Esportiva de Lins, Av. Duque de Caxias, 646 - Centro, Lins - SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “**Complexo Fotovoltaico Getulina II**” de responsabilidade da Fótons de São Vitalino Energias Renováveis S.A. (Processo IMPACTO nº 038/2026 - CETESB.004535/2026-96). Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pelo Presidente da Sessão **José Eduardo Bevilacqua**, este informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos a representante do órgão responsável pelo licenciamento, **Vanessa Hermida Fidalgo Guerreiro**, Gerente do Departamento de Desenvolvimento e Ações Estratégicas e Licenciamento da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da audiência por **José Eduardo Bevilacqua**, seguida das saudações iniciais pelos demais integrantes da Mesa Diretora. Passou-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a fala de **Ana Rodrigues**, Coordenadora Ambiental da Casa dos Ventos e **Camila Olival**, Coordenadora de Projetos da Eccon Soluções Ambientais. Finalizadas as exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase da qual participou o cidadão **Pierre de Souza Graves**. Finalizadas as manifestações dos integrantes do Plenário, passou-se à etapa de respostas e esclarecimentos, feitos **Ana Rodrigues**, Coordenadora Ambiental da Casa dos Ventos e **Camila Olival**, Coordenadora de Projetos da Eccon Soluções Ambientais, seguiram-se os comentários finais, feitos por **José Eduardo Bevilacqua**, Presidente da Sessão, **Vanessa Hermida Fidalgo Guerreiro**, Gerente do Departamento de Desenvolvimento e Ações Estratégicas e Licenciamento da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Após constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das falas. Eu, **Naiana Lanza**, Secretária Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Audiência Pública - “Complexo Fotovoltaico Getulina II

00:04:40 José Eduardo Bevilacqua (SEMIL): Bem, muito boa tarde a todos. A audiência pública do Conselho Estadual do Meio Ambiente, 19 de maio de 2026. Eu me chamo José Eduardo Bevilacqua e eu pertencço ao Sistema Ambiental Paulista. E, pelo poder que me foi outorgado, eu instalo a presente audiência pública, cujo empreendimento se intitula Complexo Fotovoltaico Getulina II, de responsabilidade da empresa Fótons de São Vitalino, Energias Renováveis, Sociedade Anônima. Processo Impacto nº 038/2026, e ambiente CETESB 004535/2026-96. Eu agradeço a presença de todos e gostaria de cumprimentar aqui as pessoas que puderam dedicar esse tempo para estar aqui nessa audiência pública. E eu gostaria de falar um pouco agora a respeito do rito da audiência pública, ou seja, como serão desenvolvidos os trabalhos aqui nessa tarde e noite de hoje. Em primeiro lugar, eu vou falar sobre a composição da mesa diretora desta audiência pública. Essa mesa diretora vai ser presidida nessa sessão por mim, sou representante aqui do Sistema Ambiental, e temos aqui também presente a bióloga Vanessa Hermida Fidalgo Guerreiro, que é gerente do Departamento de Desenvolvimento e Ações Estratégicas e Licenciamento da CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Vanessa, eu agradeço muito sua presença aqui conosco nessa tarde e noite de hoje e vou pedir para você fazer algumas considerações iniciais. A palavra é sua, Vanessa.

00:07:07 Vanessa Hermida Fidalgo Guerreiro (CETESB): Obrigada, Bevilacqua. Boa tarde a todos. Então, hoje estamos aqui nessa audiência pública, que é parte do rito do processo de Licenciamento Ambiental. No departamento do qual trabalho, há o setor de Licenciamento de Empreendimentos Lineares, que está conduzindo a análise do Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento em questão. Nessa fase, é a nossa fase da análise de viabilidade ambiental do empreendimento, é nesse momento em que nós avaliamos o diagnóstico ambiental da área e fazemos a avaliação dos possíveis impactos durante a implantação e operação do empreendimento e as medidas mitigadoras cabíveis. Então, esse momento da audiência pública é quando nós recebemos, estamos aqui para ouvir as contribuições da comunidade e, assim, a gente compor na nossa análise. Então, após vencida essa etapa da análise de viabilidade ambiental, se for concluída pela viabilidade, é emitida a Licença Ambiental Prévia com um anexo de exigências, e somente após o atendimento de todas essas exigências, é emitida uma segunda licença, que é a Licença Ambiental de Instalação, a qual permite, sim, a implantação do empreendimento. Novamente, quando é emitida essa licença, que nós chamamos também de LI, existe um anexo de exigências técnicas que também precisam ser atendidas para que, então, chegue à última etapa do licenciamento, que é da Licença Ambiental de operação, e assim o empreendimento pode operar, mas, novamente, com algumas condicionantes ambientais, sempre primando por prevenir, mitigar os impactos ambientais, e, quando não for possível nenhuma dessas duas alternativas, compensá-los. Então, fico aqui à disposição. Muito obrigada, Bevi.

00:09:11 José Eduardo Bevilacqua: Muito obrigado, Vanessa, pelas suas palavras iniciais. Eu vou agora passar para a fase da explicação de como nós faremos o desenvolvimento dessa audiência pública. Então, só para ilustrar, como eu já disse, a mesa diretora é composta pelo presidente da sessão, pelo representante da CETESB, e poderíamos ter aqui também até dois conselheiros do Conselho Estadual do Meio Ambiente. O CONSEMA, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, é um órgão consultivo, normativo e recursal do Sistema Ambiental Paulista, segundo a Constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 193.

Quais são as atribuições do Conselho Estadual do Meio Ambiente? Estabelecer normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas públicas ambientais de relevante interesse, apreciar Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, EIA RIMA, manifestar-se sobre a instituição e o regramento das Unidades de Conservação, Zoneamento Ecológico Econômico. Cabe também ao CONSEMA conduzir as audiências públicas no Estado de São Paulo. Pelas audiências públicas, essas audiências são estabelecidas por meio da Lei Estadual 9.509, de 1997, que está na Política Estadual do Meio Ambiente, e também na Lei Estadual 13.507, de 2009, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente, CONSEMA. Além disso, temos como diplomas legais a Deliberação Normativa CONSEMA, 01/2011, que foi alterada pela Deliberação Normativa CONSEMA, 02/2024, que estabelecem as regras para a convocação e a realização das audiências públicas. Como definição e objetivo, temos que as audiências públicas são eventos abertos ao público, onde são apresentados os aspectos ambientais da proposta ou do projeto a todos os participantes, esclarecer dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre o Licenciamento Ambiental por meio do Estudo prévio de Impacto Ambiental, o EIA, e o Relatório de Impacto Ambiental, o RIMA. Além disso, também pode-se ter as audiências públicas para criação ou alteração de Unidades de Conservação, para o Zoneamento Ecológico Econômico ou outras questões de interesse ambiental. O edital de convocação da audiência pública é publicado no Diário Oficial do Estado e ocorre uma ampla divulgação na mídia pelo proponente. O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental estão disponíveis para conhecimento público com pelo menos 45 dias de antecedência à realização da respectiva audiência pública. Cabe à presidência dessa sessão a função regimental de conduzir os trabalhos de uma forma neutra, garantir a fala dos interessados de um modo democrático e de um modo organizado. O registro dos trabalhos se dá por meio de registros digitais em áudio e vídeo. Eu lembro que hoje essa transmissão está se dando online pelo CONSEMA, no YouTube. Então, saúde, inclusive, os nossos internautas que estão nos acompanhando pela internet. E, além disso, também temos o registro por escrito, com data, hora e local, para garantir todas as falas dos participantes. Dentro do desenvolvimento dos trabalhos, o CONSEMA definiu a divisão em três partes. Na primeira parte, nós teremos a apresentação dos estudos, por parte da empresa e da sua consultoria ambiental. Depois, na segunda parte, a participação dos interessados, que por meio das perguntas poderão se colocar aqui, nesta plateia. E, por último, as respostas e os comentários a respeito de tudo que aqui foi apontado. As inscrições para o uso da palavra se encerram às 18 horas. Como nós começamos exatamente às 17 horas, hoje nós podemos dizer que as inscrições se encerram exatamente às 18 horas, ou seja, 60 minutos após o início da nossa audiência pública. As falas no intervalo de tempo e na ordem de inscrição ocorrerão conforme, eu vou falar daqui a pouquinho o que cada segmento tem de tempo para poder falar. É vedada a duplicidade de manifestação. Essa é uma regra importante, porque nós não estamos aqui em um debate, e sim estamos em uma audiência pública para poder apresentar contribuições para o processo do respectivo Licenciamento Ambiental. Na primeira parte, com a apresentação do estudo, nós teremos a exposição sobre a proposta pelo representante do proponente, num tempo de 15 minutos. E, na sequência, teremos a exposição pela equipe responsável pelo estudo, por 30 minutos. Portanto, a primeira parte dessa audiência pública terá, no seu total, 45 minutos. Na sequência, nós temos a participação do plenário, que é muito importante, porque é daqui que vêm as contribuições. Então, nós temos, como representante do Ministério Público, cinco minutos, entidade da sociedade civil, cinco minutos, pessoas físicas, três minutos, representantes do órgão ou entidades públicas, cinco minutos, membros do conselho de meio

ambiente, cinco minutos, parlamentares, cinco minutos, representantes do poder executivo, cinco minutos. E, na sequência, na última parte da nossa audiência pública, nós teremos as respostas pelo proponente, terá um total de 15 minutos. Na sequência, a equipe responsável pela elaboração do estudo técnico, 15 minutos. E depois passaremos a palavra para a mesa. A palavra voltando para a mesa, eu teria 10 minutos, representando o Conselho Estadual do Meio Ambiente, e os comentários finais da CETESB. Mesmo que houver uma série de questões que não forem apresentadas hoje aqui, ainda assim existe um tempo, vamos supor, a pessoa não compreendeu bem o projeto, ou então tem dúvidas, ou então ainda está amadurecendo alguma contribuição, ainda assim existe um prazo regimental de cinco dias para apresentar essas contribuições, por escrito, a serem encaminhadas para o e-mail consema@sp.gov.br. Repetindo, consema@sp.gov.br. Bom, explicado tudo isso, eu vou convidar agora aqui, entraremos na segunda parte da nossa audiência pública, onde nós teremos, pela parte do empreendedor, a bióloga Ana Rodrigues, coordenadora ambiental da Casa dos Ventos, e também a consultoria. Eu vou convidar também a engenheira ambiental Camila Olival, que é coordenadora de projetos pela Eccon Soluções Ambientais, por favor. Uma boa tarde a vocês. Então, vocês têm um total de 45 minutos. A palavra está com vocês.

00:18:24 Ana Rodrigues (Casa dos Ventos): Boa tarde a todos e todas. Boa tarde à mesa. É uma honra estar aqui nessa audiência pública, que nós, da Casa dos Ventos, representando o Fótons de São Vitalino, vimos para poder falar um pouco sobre esse projeto do Complexo Fotovoltaico Getulina II. Eu sou Ana Rodrigues, sou bióloga de formação, tenho mais de 20 anos de experiência em meio ambiente e sustentabilidade, e trago esse projeto com todas as informações como uma grande oportunidade de que a comunidade possa participar desse processo, garantindo esse rito, que além de ser um rito processual, ele também garante a transparência e que também muito nos interessa. A Casa dos Ventos é uma empresa que é pioneira em empreendimentos e projetos de energia renovável. Hoje o Brasil vive, e o mundo, um desafio muito grande, que é promover a transição energética. O que é isso? É a gente migrar de fontes de energia que nos trouxeram problemas ambientais graves para fontes de energia mais limpas e renováveis. Isso a gente tem vivido muitas questões climáticas, eventos severos, estamos aí em breve recebendo mais uma vez o evento El Nino, e tudo isso são eventos que foram causados ao longo do tempo também por questões da modificação que nós fazemos. E aí a Casa dos Ventos, ela começa a história dela muito forte, em 2007, a gente começa com a maior campanha de medição de vento que já teve na história. Esse início de exploração, em 2007, a gente começa com a maior campanha de medição de vento, a maior exploração eólica do mundo. E aí, em 2009, a gente começa a vender os nossos primeiros projetos como desenvolvedora. Antigamente, a gente fazia o desenvolvimento desses projetos. Mais tarde, com investimentos no capital próprio e implantação, a gente começou também a fazer geração de energia, projetos de geração de energia, não somente projetos de desenvolvimento. E aí, em 2015, a gente começa a fazer a diversificação do portfólio com a adição desses projetos híbridos. Ou seja, a gente começou com a energia eólica, que é a energia por meio do vento, e aí, em 2015, a gente inclui também a energia por meio das placas solares, que é a energia solar. Em 2018, aumenta-se os investimentos e ativos de geração e dedicados ao mercado de energia também. Em 2020, a gente abre a Casa dos Ventos Comercializadora e também passa a gerar energia para as grandes empresas que começam a entrar nesse processo de transição, de gasto de energia por uma energia mais limpa para a produção das suas próprias atividades. E aí em 2021 a gente começa a estruturação dos projetos de transição baseados em hidrogênio verde e outros derivados. Em 23, com a entrada da Total Energies, uma acionista minoritária, mas é

a maior transação do setor de renováveis que o Brasil já teve, então a gente amplia ainda mais a nossa atuação. E a partir de 24, seguimos com o nosso projeto de diversificação de projetos, projetos híbridos, com atuação em 12 estados do Brasil. E aí seguimos também depois de 24 e de 26, ampliando também, temos projetos vindo fortemente com os data centers, projetos de BES, que são os conjuntos de baterias para armazenamento de energia. Um grande desafio que a gente tem hoje no setor energético, que é a questão desse despacho de energia. Então, os sistemas de bateria vêm como uma solução para que a gente não desperdice essa energia gerada por essas fontes renováveis. O Brasil é um país riquíssimo em possibilidades de energia limpa, então, a Casa dos Ventos vem como líder nessa geração e nesse desenvolvimento de projetos. Para vocês terem uma ideia, são mais de 6,4 projetos em operação, em construção e em pré-operação. 6,4 gigawatts de energia já desenvolvidos. 100% dos nossos projetos construídos ou no tempo ou até antecipado. São cerca de 1,7 gigawatts de projetos para clientes de grandes empresas que estão fazendo também a transição energética das suas plantas. 60 gigawatts de projetos desenvolvidos e em desenvolvimento. Uma a cada três eólicas em operação hoje no Brasil foram desenvolvidas pela Casa dos Ventos. Nós temos uma expertise única, comprovado o recorde de desenvolvimento e implantação, temos ativos e muitos fatores de capacidade técnica e confiabilidade das nossas entregas. Liderança como parceiro nessa transição energética em diversas empresas. Então, são mais de 15 anos que a gente opera, temos muitos projetos, principalmente no nordeste do Brasil. Então, agora, não é de agora que estamos chegando no estado de São Paulo, mas agora, fortemente, vamos trazer toda a nossa expertise nos campos que a gente já desenvolveu bastante, no nordeste, agora para o sudeste, entendendo que o sudeste também é um grande demandante de energia e, especialmente, uma energia limpa. Mais de 50% do território da Bélgica em áreas próprias e arrendadas e maior portfólio de projetos renováveis em operação e construção e pré-construção, isso devido à nossa parceria com a Total Energies. São mais de 1.700 pontos medidos, isso significa que a gente tem um conhecimento grande do potencial desses recursos, que a gente, tendo medido, sabemos onde podemos melhor implementar os nossos projetos. Quando a gente tem um conhecimento alto do recurso que a gente tem, a gente também tem possibilidade de fazer um melhor projeto de engenharia e uma melhor implantação e, como consequência, diminuir os impactos ambientais dessas implantações. Então, como líder brasileira das energias renováveis, estamos espalhados nos 12 estados, conforme eu falei. E ali no mapa vocês podem ver o que é amarelo são híbridos, eólico e solar, e o que é verde são a maioria dos projetos eólicos, do vento. A gente tem vários parceiros nessa jornada de transição energética. Aí tem um pouco das empresas que temos contratos para poder fazer a transição energética, e esses são projetos de autoprodução de energia para que essas próprias plantas, desses segmentos diversos, possam gerar energia. Nós geramos energia para que eles possam utilizar dentro das suas plantas e das suas atividades. A gente faz isso e como não poderia ser diferente, pensando num compromisso, a Casa dos Ventos já nasce com essa missão da transição energética e como uma empresa de energia renovável. O renovável é o único caminho hoje para que a gente possa reverter as alterações que a gente já fez. Mas renovável, a gente tem que ir além, então, não basta ser renovável, a gente tem que ser sustentável também. Então, assim como é nossa política que a gente traga a melhor forma de geração de energia para essas diversas finalidades, nós também temos o compromisso de fazer todas as nossas atividades pautadas no desenvolvimento socioambiental e no legado disso para as futuras gerações. Não teria como ser diferente. Então, somos signatários do Pacto Global e também temos o selo de ouro do programa GHG Protocol, que é o framework, o conjunto de regras para que uma empresa seja classificada dentro de padrões

internacionais sobre emissões exatamente desses gases que causam o aquecimento global que nos traz esses eventos climáticos que eu falei. Então, de certa forma, além desses protocolos que a gente segue e da própria construção dos projetos e dos empreendimentos, nós também estamos dentro do território. A gente conta aqui com um vasto time da Casa dos Ventos que atua nos territórios, nosso time do Fundear, agradeço a presença, inclusive, que está o tempo todo fazendo essa relação dentro do território para poder conhecer essa dimensão do capital humano e social, que são as pessoas que estão dentro desses territórios e que a gente tem que fazer esse conhecimento, estar perto delas e desenvolver quando for necessário desenvolver, tanto para a mão de obra, qualificar essa mão de obra para que trabalhem junto conosco, ou tanto quanto gerar valor na cadeia que acaba sendo desenvolvida quando a gente implementa o nosso empreendimento. Também a questão do capital natural, que é nossos próprios ecossistemas, os lugares onde a gente atua. Falando de forma mais simplificada, a natureza, de que a gente esteja lá promovendo o que a gente tiver de impacto, que a gente possa mitigar e deixar o que tiver de impacto positivo que a gente possa potencializar. E aí, para isso tudo, a gente tem um vasto, um robusto trabalho de articulação territorial e sempre pensando na segurança e a gestão desses impactos em todas as fases das obras, desde o planejamento, quando a gente entra com o fundiário, que a gente quer o primeiro contato, até quando a gente está implementando, implantando os projetos, que geralmente é o momento onde os impactos maiores são sentidos, então que a gente tem que entrar com as medidas mitigadoras também de uma forma efetiva, depois a operação e até o descomissionamento. E aí a gente, para isso, tem uma série de investimentos socioambientais nessas comunidades, alguns deles, tanto que são determinados pelos próprios planos e programas que a gente desenha, quando a gente faz os estudos ambientais, focado porque esse estudo ambiental que hoje a nossa empresa parceira, que é a Eccon, que virá na sequência mostrar para vocês, ele é o cruzamento dos dados do território que a gente tem, com os dados do empreendimento, os dados técnicos desse parque de energia solar. E quando a gente faz esse cruzamento desse território que a gente está, dessas pessoas que aqui habitam e moram e vivem com todas essas características técnicas do empreendimento, todo esse conjunto de informações faz com que a gente possa desenhar as melhores medidas para que esse empreendimento cause o menos impacto possível, negativo e também potencialize esses impactos positivos. Então, a Casa dos Ventos tem espalhado pelo território inúmeras iniciativas de investimentos socioambientais, tanto de planos e programas como iniciativas do nosso próprio Programa de ESG, que é a nossa parte que está relacionada à questão de meio ambiente, de governança e dessa parte social. A gente tem um canal de escuta, esse canal de escuta é um 0800-0030000, é o nosso canal de escuta das comunidades, então qualquer dúvida, crítica, elogio, a gente está sempre aberto para poder receber, seja desse empreendimento, seja de qualquer outro empreendimento. E eu vou chamar na sequência a Camila, para poder fazer a apresentação desse estudo. É um estudo técnico, que a gente vai esclarecer da melhor forma possível. Na sequência, os planos e medidas para poder mitigar esses impactos e estaremos disponíveis para poder tirar as dúvidas. Obrigada, mesa.

00:32:47 Camila Olival (Eccon): Olá, boa tarde. Todos me ouvem bem? Bom, vamos lá, vamos começar. A gente vai começar a falar do Estudo de Impacto Ambiental, o EIA, do Complexo Fotovoltaico de Getulina II. Bem-vindos. Começar a falar sobre esse estudo que é bastante complexo, tentar falar bem didaticamente. Bom, aqui, como a Vanessa introduziu no começo, são as etapas que a gente precisa passar para conseguir ter o pleno funcionamento do empreendimento. Então, a gente está aqui, então, na fase de audiência pública para a

gente poder, como a Vanessa falou, conseguir permissões, e aí vem as condicionantes, e depois vem a Licença de Instalação, depois vem a Licença de Operação, por fim, para a gente conseguir funcionar plenamente, de forma adequada, de forma adaptada ao território e às necessidades da população. Aqui um pouquinho do que a gente vai falar hoje. Então, a gente vai apresentar o que é uma usina fotovoltaica, para quem não conhece a tecnologia, apresentar o Estudo de Impacto Ambiental, as informações sobre o complexo, seus componentes, o resultado do diagnóstico, que foi feito, inclusive, com levantamentos locais nos anos de 2024 e 2025, pela nossa equipe técnica, e apresentar os impactos, por fim, e as medidas que vão ser adotadas em relação a eles. Bom, aqui um pouquinho para explicar os componentes, os desenhos. Então, o primeiro deles, o mais importante, são as placas dos painéis solares, que transformam a luz do sol em energia elétrica. Isso devido ao componente, ao material que ele é feito, o material de tecnologia avançada. As estruturas de suporte que ajudam a movimentar o painel para que ele acompanhe a luz do sol ao longo do dia e seja mais eficiente, tendo sempre o melhor aproveitamento da luz solar. Os inversores, que são um pouco mais complicados, que você transforma, então, todos esses papéis mandam a energia em corrente contínua, e aí você tem que transformar em corrente, que a gente chama de alternada, para poder ir para a rede que a gente conhece, a nossa casa, tem energia nesse tipo. E a subestação, então, vai coletar, acho que todo mundo já viu a subestação por aí, ela vai coletar a energia que vem das placas para poder injetar na rede de transmissão. Então, aqui a gente tem um pouquinho da sequência, bate a luz do sol, transforma em energia elétrica, os inversores atuam e vai para a rede tradicional. A gente também, como a Ana falou, tem a capacidade de armazenar essa energia em baterias e é o que o empreendimento pretende fazer. Aqui um pouco para a gente entender o processo de escolha e o processo de montagem do empreendimento. Então, a gente tem todo esse potencial abundante no Brasil da energia solar, como vocês podem ver aqui no mapinha, que já tem até o próprio foco no próprio mapa, vocês podem ver que a área de Getulina e essa parte de São Paulo tem um enorme potencial. Então, dentre as formas de aproveitar uma energia solar, hoje em dia a fotovoltaica é a mais simples, mais eficiente, é uma das melhores. Então, esse complexo vai optar por materiais de alta tecnologia para poder produzir energia elétrica pelo método fotovoltaico. A linha de transmissão, da mesma forma, foi desenhada para que consiga contornar da melhor forma os impactos que tem na região. Para decidirmos onde ia ser esse empreendimento, tem uma série de fatores: Você primeiro olha a declividade do terreno, que precisa ser baixa, aí você tem que ter a proximidade com subestações para poder simplificar o processo, você tem seleção de imóveis regulares na região, predominância de áreas antropizadas é importante, então, áreas que já foram mexidas, que não têm ocupação vegetal considerável. Então, na tentativa de minimizar esses impactos, a gente chegou aos municípios de Guaimbê e Cafelândia. E, considerando a alternativa zero, para mencionar também, se não tivesse empreendimento, a gente tem ali o uso do solo de pastagem, de agricultura, já remexido e antropizado. E aí o local escolhido aqui fica no limítrofe de Guaimbê e Cafelândia, por isso os presentes, os convidados são de Guaimbê e Cafelândia. É uma estrutura destinada à produção de energia solar, como a gente falou, e vai fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional, à forma tradicional de gerar energia. É uma área de instalação de cerca de 2 mil hectares, para a instalação de 12 usinas solares subdivididas, são submódulos, com potência total de 600 megawatts. A gente tem a linha de transição associada, que vocês podem ver aqui, ela fica nesse roxinho. Ela vai ter 7,1 quilômetros de extensão com faixa de servidão de 30 metros para cada lado, que é onde fica a segurança, os cabos, as fundações e etc. Teremos a subestação que fica aqui também, nessa região aqui, bem na interligação da linha com o complexo. A subestação com dois transformadores,

que aí vão elevar a potência que vem da usina, de 34,5 para 440 kilowatts. E, como a Ana falou, é uma inovação para não perder a energia, para a gente conseguir tornar eficiente a geração dessa energia, o sistema de armazenamento de energia por baterias, com sete também sub-parques, com potência de 346 megawatts. Aqui, um pouco mais detalhado, o empreendimento, então, vocês podem ver aqui as torres no caminho da LT. Vocês podem ver o espaço dedicado às placas. Aqui embaixo veem também canteiro de obras, a subestação. E já vale destacar aqui que o projeto considerou as áreas vegetadas, hidrografia e APP, e já tem aqui no próprio desenho o contorno dessas áreas, evitando essas áreas. Um pouquinho aqui da mão de obra, então é interessante a gente passar por outros aspectos também relacionados ao empreendimento. A gente tem a previsão da contratação de 832 funcionários no pico de mão de obra, em média, 459 trabalhadores por mês de mão de obra direta e cerca de 1.200 trabalhadores de forma indireta. As funções podem ser variadas: operários de campo, estamos falando de equipe técnica, administração, ambulatório, cozinha, limpeza, manutenção, tem muita manutenção no parque. Temos uma previsão de, no mínimo, 20% de mão de obra local dos municípios envolvidos, então Guaimbê e Cafelândia. E aí a gente tem um destaque para a necessidade de especialização técnica em algumas funções. Então, vai ser importante, durante esse processo, mapear quem são essas pessoas para que possam entender esses funcionários. Bom, os funcionários contratados, eles vão ter algumas formas de integrar com o empreendimento, então, vai ter a implantação de alojamentos para esses trabalhadores. Como a Ana falou também, têm capacitação para esses profissionais que estão ali atuando dentro do processo. E aqui um pouco do investimento que a Casa dos Ventos vai trazer para essa região. Vocês podem ver que é bastante significativo, mais de 2 milhões nesse empreendimento, para esse empreendimento importante para a energia renovável do Brasil. Para a gente entender, então, como o estudo é feito, ele precisa usar áreas de influência para que as coisas sejam validadas e medidas. Então, a gente tem ali em amarelinho as áreas de influência do meio físico e biótico, que é quando a gente estuda a água, a gente estuda os animais, a vegetação. Então, a gente tem, primeiro, a gente precisa falar da Área Diretamente Afetada, que é a ADA, que a gente chama. Vocês vão ver essas siglas várias vezes, que é o próprio empreendimento, então, vermelhinha no centro. Aí a gente tem a Área de Influência Direta e a Área de Influência Indireta. AID, AII, memorizem que a gente vai sempre falar sobre isso. Então, amarelinho, AID, do meio físico, e aqui em roxinho, a gente tem AID e AII do meio socioeconômico, que aí a gente considera os municípios de influência. Meio físico e biótico, a gente considera bacias hidrográficas e a vegetação, e a gente considera aqui, no meio socioeconômico, os municípios. A gente destaca aqui que o AID, no meio sócio, por exemplo, é Guaimbê e Cafelândia, e aqui Lins, onde estamos. Então, um pouco do diagnóstico, como eu falei, do meio físico, biótico e socioeconômico, a gente analisou várias instâncias, clima, ruídos, hidrografia, formas de relevo. Aqui um pouquinho para a gente passar para vocês entenderem como é feito, todos esses quesitos influenciam no planejamento, influenciam nos impactos. Então, a gente estuda o clima, a gente entende que a região tem a sua característica de chuvas no verão, seca no inverno, temperaturas altas em média acima de 18 graus. A gente tem a geologia, que são as rochas, e aí tem vários nomes técnicos das formações onde eles se encontram, Vale do Rio do Peixe, a gente tem os depósitos, que são as partes mais em torno das áreas de rio, etc. E aqui o interessante é que aqui vai ser importante para quem vai estudar a fundação. A gente também não tem nenhuma fratura, nenhuma rocha importante na região. Aí depois a gente vai falar sobre o relevo, também é importante a gente dar um destaque para os relevos ondulados de baixa e média declividade, como eu falei, eles são importantes para esse tipo de empreendimento. A gente dá também uma olhada aqui as partes que têm maior

declividade, que estão ali associadas aos cursos hídricos, às APPs, que traz já um cuidado com essa leitura. A gente vai falar um pouco de solo, que também tem nomes difíceis, as de solo e latossolo, mas o importante é o que eles trazem para a gente, que é uma capacidade de erosão nessa área que vai variar de baixa a muito alta. Então, aqui a gente também traz um aspecto que esse estudo leva em conta com a atenção. Recursos minerários, então, a gente vai sempre olhar para os processos de mineração que tem na região, dentro da ADA, que é a área do empreendimento, não tem processos ativos. E nas proximidades, a gente tem, na All, um pouco mais distante, a gente tem seis processos ativos relacionados à areia e água mineral. A parte de suscetibilidade a processos e dinâmicas superficiais, para traduzir um pouco, vamos entender ali como funciona a combinação de como aquela propriedade tem o uso do solo, como é feito, para que ela serve, com aspectos naturais daquela região. Então, olhamos os tipos de solo, as rochas, a declividade, o histórico daquele uso do solo. E isso chegamos em uma classe que chamamos de classe de alta fragilidade ambiental. Então, como eu falei, a gente faz uma série de estudos para entender se a gente precisa de medidas para esse aspecto. Como a gente pode ver, trazendo essa análise, as condições naturais favorecem alguns processos erosivos e o uso do solo de pastagem e agricultura também agrava um pouco essa condição. Então, aqui, trazendo um pouquinho dos recursos hídricos, a gente tem aqui a área de ADA, que a gente chama, a gente tem aqui o rio Aguapeí na parte de cima, azulinho mais escuro, e a gente tem os córregos laterais, que é a Água de Santa Maria, e o córrego Água Preta. Então, nessa região também foram feitas análises de água, os parâmetros em geral são bons. A gente tem alguns, as análises trouxeram aspectos em relação a DBO, que é basicamente a sujeira desses corpos hídricos, e isso pode ser muito bem explicado, vocês podem ver as fotos, pela degradação de forma geral que as APPs da região podem apresentar. Então, a gente teve pontos nesse córrego aqui e um ponto aqui mais para baixo. A gente tem, então, os recursos subterrâneos também, um pouquinho dos aquíferos que tem na região, o Bauru mais superficial e o Guarani mais ao fundo. E aí a gente destaca porque o de cima é sempre mais vulnerável à contaminação e a gente precisa prestar atenção nisso. Então, de forma geral, como outros aspectos, as nascentes e cursos d'água vão ser evitados pelo projeto, ressaltando aqui a situação das APPs encontradas no lugar e a recuperação das APPs locais como um objetivo, como um foco já combinando todos os processos de mitigação com a condição da região. Aqui a gente fala um pouco de cavernas e fósseis. Então, passando aqui, mostrando por meio de mapas que as áreas identificadas estão distantes das áreas de influência, das áreas de influência do meio físico e biótico. Aqui nos sítios arqueológicos, a gente tem alguns distantes dentro daí e são descritos no estudo. Aqui a gente tem um ponto em comum para a qualidade do ar e ruídos, que a maior interferência pode ser na fase de implantação, fase de obras, poeiras e barulhos, mas a gente tem um contraponto que é a vizinhança, ela é distante nessa região, então os receptores sensíveis estão mais distantes, isso melhora um pouco a situação. E aí a gente tem a fase de operação, que é mais tranquila, ela tem menos atividade, esses impactos se reduzem. Áreas contaminadas não foram identificadas, é bom mencionar. E aqui a gente vai indo para o meio biótico. Meio biótico, aqui a gente faz coletas in loco, só para mostrar para vocês aqui um pouquinho dos pontos amostrais que foram levantados, tanto dentro da ADA quanto fora. Aqui um pouquinho de répteis e anfíbios, então vocês já podem até ver as fotinhos que foram tiradas na região. Os métodos são busca ativa, o pessoal faz algumas trilhas que a gente pré-determina para poder procurar os animais, e busca de locais de reprodução, que vocês podem ver aqui nas fotos, locais que a equipe do biótico sabe que os animais estão. Então, a gente tem aqui destaque para espécies comuns em áreas alteradas pelo homem, algumas dessas estão aqui nas fotos ao lado, tem uma cascavel também. Os mamíferos têm um

método parecido, busca ativa em diferentes horários, porque eles andam em diferentes horários, e armadilhas fotográficas ligadas de noite, vocês podem ver que essas daqui foram retiradas de noite. Foram registradas oito espécies de mamíferos, incluindo algumas em extinção. A gente tem aqui a onça parda e a jaguatirica. E a gente também tem as espécies, que aí também são tradicionais de áreas abertas, áreas exploradas pelo homem. A gente também tem a patinha aqui, que é um indicativo de presença de animais que os profissionais seguem para poder registrar. Em relação às aves, a gente tem aqui caminhamentos também, fotos que são tiradas em sequência, que são alguns métodos, e registros ocasionais durante a movimentação. Então, 138 espécies, algumas florestais, algumas de áreas abertas e algumas espécies de ave de rapina. Aqui a gente vai falar um pouco sobre a flora, que é a vegetação. De forma geral, é uma vegetação típica dessas regiões com estações secas bem definidas. A gente tem métodos que foram feitos, é o diagnóstico florístico, então você tira um retrato de como é a qualidade da região, o levantamento fitossociológico nos fragmentos, para você poder entender dentro dos fragmentos mais densos, levantamento de indivíduos isolados dentro da área. Então, a gente tem nos isolados, por exemplo, mapeamento de mais de 1.700 indivíduos, árvores, a gente fala em indivíduos, mas são vulgos árvores, mapeados mais de 1.400 árvores previstas para supressão. Então, estão ali naquela área que a gente viu destinada aos painéis. Duas espécies ameaçadas, o cedro rosa e o ipê felpudo. A gente pode ver, e aí já queria mostrar aqui o mapinha, que as áreas vegetadas densas estão concentradas em APPs e RLs. E aí, como a gente vem dizendo até agora, tudo isso no projeto vai ser contornado e aí a gente também tem dedicado essas áreas para a recuperação eventual da supressão desses indivíduos. É bom destacar que toda a supressão vai ser feita de acordo com a legislação vigente e os trâmites necessários e a compensação necessária. E aí, um pouquinho do levantamento socioeconômico, a gente vai entendendo como esses municípios de influência vivem. A gente tem um pouquinho do histórico aqui que a gente estuda para poder entender como a região se encontra, então, vou passar rapidamente, trazendo o processo histórico que se iniciou com o café. A gente tem a ocupação, vocês podem ver no mapinha aqui, que a maior parte da área de influência da AI, que a gente falou aqui na região, o rosinha é de agricultura e o amarelinho de pastagem. Então, vocês podem ver que é a maior parte dos usos do solo da região. Um pouco do perfil demográfico, então, é uma tendência brasileira, envelhecimento da população, diminuição dos nascimentos, aumento da população entre 60 anos. Alguns registros das migrações interregionais, com foco para São Paulo. E aqui um estudo um pouco da qualidade de vida com o Índice Paulista de Vulnerabilidade. Então, a gente vê aqui, pelo estudo, que na última medição, Cafelândia tem alguns índices um pouco maiores que Guaimbê, por exemplo. Aí a gente passa um pouco nesses estudos sobre infraestrutura local. Então, o mapinha, a gente olha sobreposições com rodovias, ferrovias, aeroportos, outras linhas de transmissão, educação, então, a gente olha os instrumentos de educação que tem nessas cidades, a gente acaba entendendo que Lins tem algumas instituições mais complexas, como o ensino superior profissionalizante, por exemplo. A gente tem aqui também as fotinhas que foram nas visitas, às instituições de educação, às instituições de saúde. A gente também destaca que Lins tem um pouco mais de infraestrutura de saúde também. A gente também olha para a energia elétrica, é um empreendimento de energia, então a gente entende como é feita a distribuição, a gente entende quais são as demandas de cada lugar, a gente entende o consumo residencial em Guaimbê e Cafelândia, Lins com o consumo industrial como foco. A gente sabe que já tem um outro complexo por aqui, que é o complexo de Guaimbê, também fotovoltaico, o gasoduto que passa na região também. Segurança pública, então, a gente entende quais são esses equipamentos, unidade prisional e etc. Saneamento básico, para a gente entender também

como essa população vive, então, a gente entende a operação Lins Sabesp, nos outros municípios é municipal, a gente vai entendendo que tem cobertura, a gente sabe que tem as ETES sendo construídas, então a gente sabe da Estação de Tratamento de Esgoto, porque isso vai ser importante até para a própria operação do empreendimento. Cobertura de coleta seletiva, áreas. Guaimbê tem um aterro, por exemplo, e Lins, em Cafelândia, é a unidade de transbordo. Então, tudo isso é importante para o planejamento do empreendimento. Estrutura produtiva, entendendo como esses municípios se desenvolvem, e finanças públicas, entendendo também como são feitos os investimentos locais. Aqui a gente passa pelos patrimônios, então, é importante aqui destacar o processo, junto ao IPHAN, já de anuência, que é de consulta ao IPHAN, que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é o instituto que precisa dar sua anuência para o funcionamento, e assim vai. A gente tem as organizações sociais identificadas, sabe que tem muitas associações socioculturais e rurais na região. Comunidades tradicionais foram verificadas, a gente sabe que não tem comunidades nem quilombolas, nem indígenas a um raio de cinco quilômetros. A gente sabe que tem dois assentamentos, o assentamento de Cafesópolis e o assentamento de Antônio Conselheiro, que são importantes para a gente entender o tipo de influência. E a gente passa também para a estrutura do mercado de trabalho, avaliando como é a distribuição desses municípios. Aqui um pouco do meio socioeconômico, das entrevistas que foram feitas, então, a gente tem entrevistas de Cafesópolis apontando questões de infraestrutura e de serviços públicos na região. A gente tem, em quesitos econômicos, falando um pouco da oferta de emprego, da mecanização, que também reduz um pouco as ofertas de emprego. A gente tem falado um pouco da mão de obra qualificada, que é importante e que, mesmo com algumas instituições, como Senai e FATEC, ainda as pessoas sentem que é uma questão, e outras questões. A gente também traz questões ambientais como as queimadas da região, os riscos de contaminação por agrotóxicos dos outros usos do solo e secagens de recursos hídricos graças à monocultura do eucalipto. Aqui a gente tem entrevistas com os funcionários da ADA, então, de forma geral, uma preocupação com as tratativas em relação à condução do processo que vai ser feito. Então, a gente tem programas destinados a essa comunicação que vai ser feita junto com os canais da Casa dos Ventos, junto com programas de comunicação. Então, de forma geral, as entrevistas trazem a visão de oportunidade, de uma população favorável com esses cuidados de comunicação em relação ao processo. Aí passamos para a avaliação de impactos ambientais. Então, pegamos todas as atividades que entendemos do complexo, entendemos como eles vão se transformar em impactos ambientais e analisamos eles sob 11 critérios para poder dar um peso para eles. Então, efeito, natureza, abrangência, qual das áreas que está, se é muito provável, se é pouco provável, se o efeito é curto, se ele é longo, então, assim, a gente vai entendendo como eles são. E aqui a gente vai passando, aqui a gente colocou todos os impactos, medidas e planos de programas. Vou passando por alguns para a gente ter como discutir um pouco mais. A gente tem aqui, então, os quatro primeiros, como vocês já podem ver, são endereçados ao Plano de Comunicação Social e Ambiental. São todas essas questões em relação à comunicação com a população, então, manutenção de canais abertos são medidas importantes, explicação de como o empreendimento vai entrar na região, de como ele vai atingir aquela população, reuniões, a gente tem estratégias de comunicação, garantia de transparência, etc. Aí a gente tem, como a gente falou, várias preocupações em relação à erosão, então, a gente tem um Plano Estruturado de Controle de Erosão e Assoreamento para cuidar de medidas de barreiras, para não chegar nenhuma terra, nenhuma parte do empreendimento, nas obras do empreendimento, nesses recursos hídricos, então, tomar esse cuidado nas obras. Questões de drenagem na época de construção, a gente tem um pouquinho também planos

importantes, a gente falou, tem os recursos hídricos que estão no entorno do empreendimento. Então, nós temos o Programa de Conservação e Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas associadas ao Plano de Controle de Erosão, então, mais um cuidado, monitoramento contínuo da qualidade dessas águas, outras medidas de estabilização de talude para que esse movimento de terra também não chegue nesses recursos hídricos. A gente tem um Programa de Controle de Redução de Emissões Atmosféricas, que são cuidados que podem ser tomados durante a obra, para que, mesmo tendo poucos receptores, para que eles não sejam atingidos. Então, uma coisa tradicional, umedecer as pistas para que a poeira não voe, entre outras coisas. A gente tem voltado muito para a fauna e para a flora, aqui a gente tem Programas de Supressão da Vegetação para cuidar de todo esse processo que a gente falou da supressão das árvores isoladas. A gente tem um Plano de Gerenciamento de Efluentes, tomando cuidado com a contaminação do solo, com a contaminação das águas subterrâneas, todos os tipos de influência. A gente tem um Programa de Monitoramento, Conservação e Afugentamento da Fauna, também para ter todo um cuidado especial com as espécies nas obras, na operação, então, para que tenha um plano estruturado, equipe estruturada para cuidar dessa lida com a fauna e com a flora, os animais, a vegetação. A gente também tem aqui, a gente está falando do Programa de Controle de Tráfego, que a gente fala tanto da influência no fluxo de pessoas quanto na influência de conectividade, então, fazer uma leitura de como é o tráfego local, sinalização, cuidar para que seja feito em horários favoráveis, para que não interfira muito no fluxo local. Plano de Gerenciamento de Resíduos, então o Plano de Gerenciamento de Resíduos ele tem que ter, a todo momento, então, locais adequados para a destinação dos resíduos, coleta adequada para os resíduos, separação, sinalização, treinamento. A gente tem aqui, faltou o Plano de Capacitação, Contratação e Mobilização de Mão de Obra. Então, como a gente falou, esse cuidado com esses funcionários que estão entrando na obra, com os processos, com a qualidade, até com a própria relação deles com as cidades onde eles estão se inserindo, se eles vierem de outras localidades. E é isso, pessoal. Por fim, a gente entende que os impactos do meio físico são mitigáveis. O meio biótico, por mais que tenha fragmentos com funções importantes, ele tem ali como ter medidas de manutenção e controle. Do ponto de vista socioeconômico, os benefícios de arrecadação municipal, benefícios de geração de emprego. Então, de forma geral, a nossa consideração é que os impactos negativos eles são controláveis, vão ter muito esforço em cima disso, e é ambientalmente responsável e benéfico o empreendimento. E é isso. Obrigada.

01:03:32 José Eduardo Bevilacqua: Ok. Agradecemos as apresentações realizadas pela bióloga Ana Rodrigues, coordenadora ambiental da Casa dos Ventos, e a sua consultoria ambiental Eccon Soluções Ambientais por meio da engenheira ambiental Camila Olival, coordenadora de projetos. Bem, cumprida essa etapa, então, da nossa audiência pública, nós agora devemos dizer que, neste momento, as inscrições estão encerradas, portanto, passamos à segunda parte da nossa audiência pública, que se dá por meio das manifestações das pessoas presentes que fizeram a sua inscrição para a manifestação. Então, eu vou passar a palavra para o senhor Pierre de Souza Roas Graves. Por gentileza, vou pedir a sua presença. Uma boa tarde. Muito obrigado pela participação. O senhor tem três minutos, por gentileza. Muito obrigado.

01:04:53 Pierre de Souza Roas Graves: Bom, meu nome é Pierre, eu sou morador do distrito de Cafesópolis, morador do projeto de assentamento Cafesópolis, instalado lá há 21 anos. Quero agradecer a presença de todos. Eu quero não agradecer, mas me sentir importante

por estar presente neste evento e poder colocar a posição dos moradores do bairro Cafesópolis com a chegada desse empreendimento ao nosso distrito. Um distrito que tem aproximadamente 30 moradores, no seu derredor aproximadamente mais 100 moradores, e a gente carece muito de infraestrutura de acesso. Nós temos uma estrada rural muito longa, com 20 quilômetros de estrada de terra, e nós acreditamos que um empreendimento desse possa trazer algum retorno para que a gente possa ir e vir com tranquilidade. Também gostaríamos de saber das empresas responsáveis pelo empreendimento se há alguma coisa que possa ser levada para projetos humanos, para o nosso distrito. Eu verifiquei no documento que tem condições de ambulatorios e outros projetos, e o nosso interesse é saber se isso chega até o distrito, que estamos a cinco quilômetros do local do empreendimento, e também entender se há outras possibilidades de projetos sociais, projetos também de formação para a juventude que possa precisar, para que possa ter acesso a emprego, carece muito a nossa comunidade de emprego, carece muito de uma formação. Nós temos boas escolas na cidade de Cafelândia, de formação técnica, mas nós precisamos, no caso, direcioná-las para que o empreendimento possa atendê-los. Então, a nossa maior preocupação é o que vem para o nosso distrito, quais são as preocupações humanitárias, se há reflexo em outros aspectos, como saneamento básico, diretamente ligado ao distrito, se há um trabalho voltado também para nossos idosos, se há um trabalho também de replantio de árvores, utilizando as próprias propriedades, as pequenas propriedades ali no nosso distrito. Então, nossa preocupação é uma preocupação mais humana, e também de acesso a essa prosperidade, esse trabalho que vem sendo planejado para alcançar o nosso distrito, a cidade de Cafelândia e o nosso derredor lá. É só isso.

01:07:56 José Eduardo Bevilacqua: Ok, agradecemos a participação do senhor Pierre de Souza. Bem, como nós não temos mais perguntas, não temos inscritos, eu vou pedir, então, nesse momento, para que a empresa e a sua consultoria possam vir aqui apresentar as considerações que foram apresentadas pelo senhor Pierre. Então, vou pedir a gentileza da participação da Ana Rodrigues e da Camila, para responder a essas colocações. Muito obrigado.

01:08:35 Ana Rodrigues: Pierre, muito obrigada pela sua participação e pelas colocações. Sem dúvida, a questão da infraestrutura é uma questão que todo empreendimento, quando chega no lugar, ele tem como contribuir e otimizar, inclusive porque a gente vai ter um contingente de pessoas que vão estar ali trabalhando durante um tempo. A gente estava aqui, quando você falou, eu chequei com as meninas, o distrito está muito pertinho, está dentro da Área Indiretamente Afetada, o que significa isso? Os impactos indiretos acontecem, então, com certeza, o distrito vai estar dentro desse rol de medidas mitigadoras, inclusive da parte social. Com relação ao acesso, muito provavelmente, a gente precisa fazer melhorias de acesso para que a gente possa chegar até o empreendimento. Então, agora, o que acontece é que a gente está em uma fase de viabilidade ambiental do empreendimento, então, eu não consigo garantir especificamente o que vai ser feito exatamente dentro do distrito, por causa da questão da viabilidade ambiental, que a gente está em uma fase bem inicial. Depois de atestada a viabilidade ambiental do empreendimento, que é como a Vanessa explicou, que aí tem a Licença Prévia do empreendimento com um conjunto de medidas, que inclusive essas demandas que vêm aqui na audiência pública são levadas em consideração quando eles liberam a Licença Prévia, aí sim vem a parte de desenvolvimento do projeto que é mais detalhado. Então, essas questões de acesso, de como vai funcionar, a questão da mobilização de mão de obra, isso já vem em uma etapa seguinte, que é da Licença de

Instalação. Mas, com certeza, todas essas questões que você falou de infraestrutura, elas são levadas em consideração, especialmente por estar na AID. Camila pode completar.

01:10:27 Camila Olival: Acho que é importante completar no sentido de que a gente apresentou os planos e os programas, então, são todos os planejamentos a serem feitos para endereçar essa região. Então, ali quando a gente fala do Programa de Controle de Tráfego, quando a gente fala dos Programas de Comunicação, quais são os primeiros passos de quase todos eles? É a identificação das necessidades, a leitura desse território. Então, como ela falou, a posição de vocês é bem próxima, está dentro da Área Diretamente Afetada, então, o primeiro passo vai ser sempre a leitura desse território, as prioridades desse território, para ir na próxima fase, como ela falou, de implantação, tudo isso vir detalhado e já com essas medidas tomadas. Então, acho que é importante mencionar isso. Faz parte do planejamento e acho que ali estava contemplada na leitura das entrevistas do distrito essas preocupações, e a gente tem as respostas bem mais detalhadas que vocês deram, então, acho que é isso que é importante mencionar também, que não só a sua fala, como a leitura do território vão estar dentro desse planejamento. Obrigada.

01:11:36 José Eduardo Bevilacqua: Ok, obrigado pelas explicações. Bem, nós entramos agora na última parte dessa audiência pública, não havendo mais inscritos, então, eu vou pedir só para o apoio apresentar o e-mail, por gentileza. Bem, aqueles que ainda assim estão assistindo a esta audiência pública online, ainda assim, ou talvez alguns até que tenham algumas dúvidas ainda, mas que não conseguiram formular, eu gostaria de lembrar que ainda nós temos cinco dias úteis para mandar por escrito suas questões, suas dúvidas, suas considerações, que são muito importantes para o rito do Licenciamento Ambiental, para consema@sp.gov.br. Repetindo, consema@sp.gov.br. Ok, chegando, então, nesta fase final da nossa audiência pública, eu vou passar a palavra, então, agora para a bióloga Vanessa, representando a CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, para fazer suas considerações finais acerca das questões que foram apontadas nessa audiência pública. Vanessa, por favor, a palavra está com você.

01:13:15 Vanessa Hermida Fidalgo Guerreiro: Então, boa noite mais uma vez, agradecendo a participação de todos. Permaneceremos também aguardando eventuais contribuições e dúvidas que possam ser encaminhadas por e-mail e seguiremos na análise do licenciamento desse empreendimento. Obrigada.

01:13:36 José Eduardo Bevilacqua: Muito obrigado, então, Vanessa, pelas suas contribuições. Eu entendo, como presidente desta sessão, que cumpriu-se plenamente o rito dessa audiência pública, e, portanto, não havendo mais contribuições ou qualquer outro assunto pertinente, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada, portanto, essa audiência pública. Uma boa noite a todos e muito obrigado.